

Do Oriente Médio ao posto de gasolina: o etanol de volta ao centro da economia



» PEDRO HENRIQUE PONTES
Economista e professor do Centro Universitário Internacional (Uninter)

A escalada das tensões no Oriente Médio e a possibilidade de interrupções no tráfego marítimo pelos estreitos de Ormuz e Bab el-Mandeb voltaram a acender um alerta nos mercados internacionais. Por Ormuz passa cerca de 20% do petróleo comercializado no mundo. Já por Bab el-Mandeb, corredor estratégico entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, transita um volume próximo de 7% da produção mundial de petróleo. Qualquer ameaça a essas rotas repercuta imediatamente nos preços da energia e nas expectativas dos agentes econômicos. Assim, as tensões no Oriente Médio, a incerteza em torno desses estreitos e a volatilidade do mercado internacional de petróleo mostram que o problema não é apenas a oferta física da commodity, mas também o risco e a instabilidade produzidos pelo contexto geopolítico.

O petróleo continua disponível, mas o mercado reage antes de uma eventual escassez. A simples percepção de risco é capaz de elevar custos de transporte, seguros e expectativas inflacionárias. É justamente por isso que conflitos internacionais

continuam produzindo efeitos sobre a inflação e os custos de energia mesmo a milhares de quilômetros dos locais onde ocorrem.

Esse cenário recolocou a segurança energética no centro das discussões econômicas. Durante décadas, o Brasil construiu uma trajetória singular nesse campo, ora sob a égide do projeto Brasil Potência, ora sob uma política de stop and go. Desenvolveu uma indústria de etanol, consolidou a tecnologia flex fuel, ampliou o uso do biodiesel e construiu uma das matrizes energéticas mais diversificadas e limpas do mundo. Ao mesmo tempo, tornou-se um importante produtor de petróleo. Ainda assim, permanece dependente da importação de alguns derivados, especialmente o diesel.

Essa dependência é particularmente relevante porque o diesel continua sendo o principal combustível do transporte de cargas no Brasil. Quando seus custos aumentam, os efeitos tendem a se espalhar por diferentes cadeias produtivas, pressionando custos logísticos e, indiretamente, os preços de bens e serviços. Segundo o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2026, os volumes importados de gasolina e diesel cresceram 27,63% e 19,37%, respectivamente, entre 2024 e 2025, evidenciando que a dependência continua relevante.

É nesse contexto que a mistura de etanol na gasolina ganha relevância. A recente adoção da gasolina E32, com 32% de etanol anidro, reforça a estratégia de ampliar a participação dos biocombustíveis e reduzir a dependência de derivados fósseis.

A discussão não deve ser reduzida a preços nem ao prisma ambiental. Em momentos de estresse global, o etanol deixa de ser apenas mais uma opção de combustível e passa a desempenhar papel estratégico na redução da vulnerabilidade externa do país. Foi assim durante o primeiro choque do petróleo. E pode voltar a ser agora.

Isto não significa que o etanol seja uma solução perfeita ou que garanta, por si só, combustível mais barato na bomba. Os preços continuam influenciados pela cotação do petróleo, pelo câmbio, pelas condições climáticas, pela logística e pela dinâmica de mercado. O que muda é a capacidade de o biocombustível amortecer parte dos choques externos.

Por isso, o debate sobre combustíveis não deveria ser reduzido à escolha entre controlar preços ou deixar o mercado agir sozinho em períodos eleitorais. É natural que políticas capazes de influenciar a inflação e o custo de vida ganhem relevância em contextos de disputa política. No entanto, a verdadeira discussão é como construir um ambiente com mais concorrência, previsibilidade e diversificação energética, capaz de reduzir a exposição da economia brasileira às turbulências internacionais. Segurança energética não é apenas uma questão de abastecimento. É também uma questão de estabilidade econômica. Em um cenário de petróleo volátil e tensões geopolíticas, a pergunta mais relevante não é quanto custará o combustível amanhã, mas qual matriz energética tornará o Brasil menos vulnerável depois de amanhã.

Ressocialização e o desafio da dependência química



» WALTER GOMES DE SOUSA
Analista judiciário, psicólogo, gestor do Psicossocial da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto (Vepera)

A reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional é, por si só, um desafio histórico no Brasil. Quando se trata de egressos que também são dependentes químicos, o cenário torna-se ainda mais complexo, exigindo ações meticulosas e coordenadas nas áreas de saúde, assistência social, trabalho, habitação, além de um forte apoio comunitário.

É de conhecimento público que a ausência de suporte social, psicológico e financeiro após a saída do sistema prisional contribui para a formação de um ciclo de vulnerabilidades, favorecendo a reincidência e dificultando a reconstrução de vínculos sociais e familiares. Ademais, diversos estudos acadêmicos apontam que a dependência química impacta diretamente comportamentos antissociais, violência e problemas de saúde mental, demandando intervenções multidisciplinares para uma ressocialização efetiva.

A dependência química é reconhecida pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma patologia crônica e multifatorial, que afeta aspectos biológicos, psicológicos e sociais do indivíduo. Seus impactos são graves, gerando prejuízos familiares, profissionais e comunitários, além de elevar os custos públicos nas áreas de saúde e segurança. Trata-se de uma condição que exige tratamento contínuo e uma rede ampla e articulada de apoio e acolhimento.

Estudos acadêmicos, aliados aos atendimentos técnicos conduzidos pelo psicossocial da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto (Vepera), corroboram que o uso abusivo de substâncias psicoativas está associado ao aumento das taxas de criminalidade, à fragmentação dos vínculos familiares e, infelizmente, à reincidência delitiva, especialmente quando o indivíduo não tem acesso a tratamento especializado adequado durante e após o cumprimento da pena.

Os egressos em situação de rua atendidos pelo psicossocial da Vepera, em sua maioria, apresentam histórico denso e prolongado de dependência química. Muitos relatam diversas passagens por comunidades terapêuticas, nas quais, infelizmente, não houve adesão efetiva ao tratamento. Convmém destacar que os relatos, quase de forma unânime, descrevem tais instituições como ineficazes, sem equipe multidisciplinar qualificada, com excessiva ênfase em doutrinação religiosa e, em alguns casos, com práticas que se aproximam da exploração de mão de obra. Há também queixas quanto à ausência de fiscalização adequada por parte do poder público.

As críticas também se estendem aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), vinculados à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Segundo os relatos, os agendamentos são demorados e frequentemente remarcados devido à falta de profissionais especializados, como psiquiatras e psicólogos. Os longos intervalos entre atendimentos são percebidos como desestimulantes e, por vezes, funcionam como gatilhos para recaídas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), consolidou diretrizes nacionais voltadas à inclusão social e ao fortalecimento da rede de serviços. Essas políticas enfatizam a necessidade de articulação intersetorial, com foco em saúde, educação, qualificação profissional e assistência social para egressos em situação de vulnerabilidade, incluindo aqueles com dependência química.

O ordenamento jurídico brasileiro assegura às pessoas privadas de liberdade — e, posteriormente, aos egressos — o direito à saúde integral, incluindo o tratamento de transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, reforçando a necessidade de continuidade do cuidado após a liberdade.

Pesquisas científicas recentes indicam que programas que combinam tratamento multidisciplinar, suporte social com garantia de emprego e geração de renda, apresentam ótimos resultados na redução de recaídas e no aumento das taxas de reinserção social. Tais iniciativas contribuem para a diminuição da reincidência, redução de riscos à segurança pública e fortalecimento do processo de ressocialização.

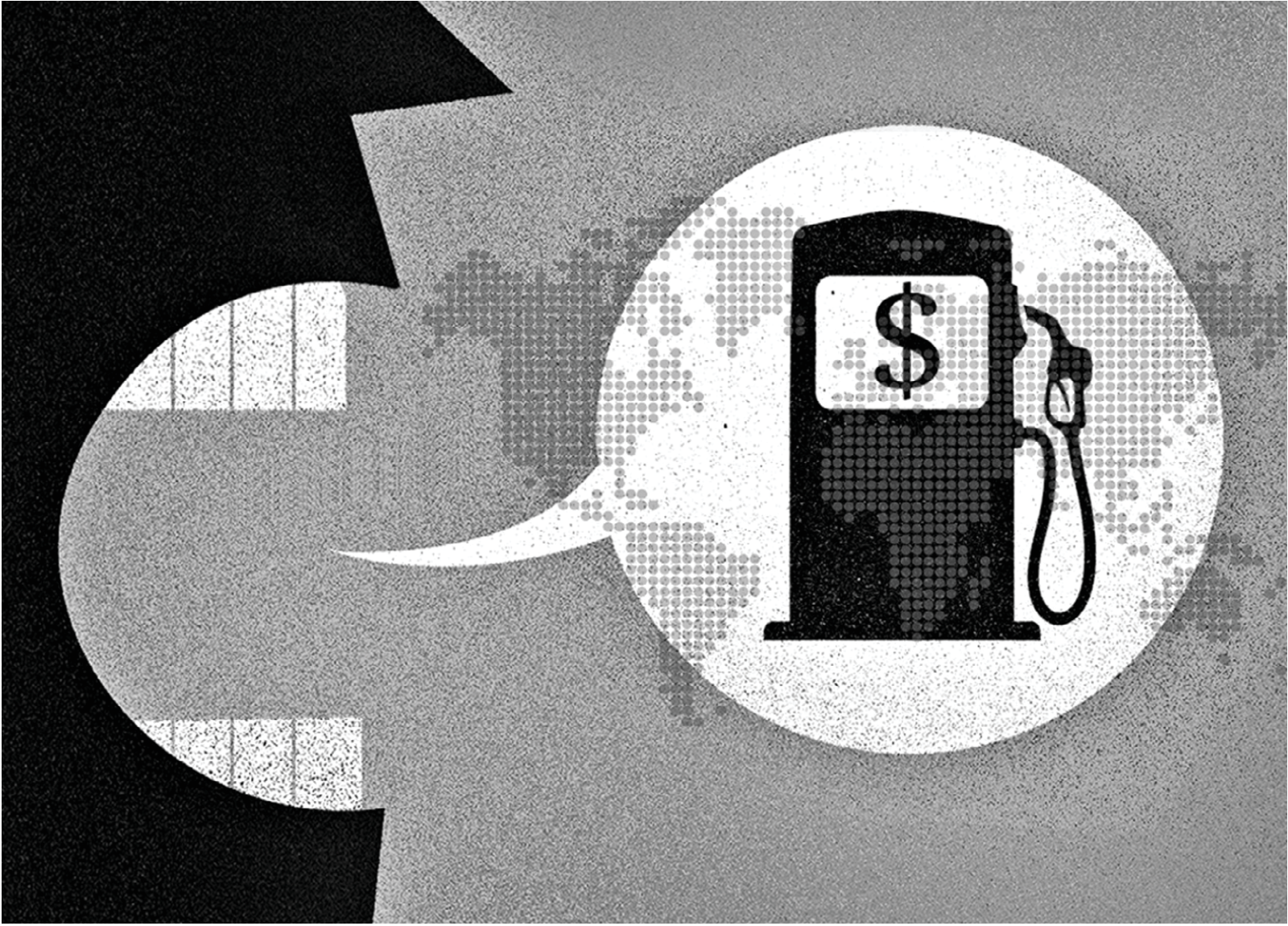
Lidar com egressos do sistema prisional que são dependentes químicos exige políticas integradas, abordagens baseadas em evidências, recursos adequados e a compreensão de que o processo de ressocialização não se limita à liberdade formal. Trata-se de garantir condições reais para que o indivíduo reconstrua sua vida, reduza danos, fortaleça vínculos e exerça plenamente sua cidadania.

A dependência química, quando não tratada, reforça o ciclo de vulnerabilidade e reincidência. Contudo, quando abordada de forma multidisciplinar e humanizada, pode representar um ponto de partida para uma trajetória de autonomia, saúde e reintegração social.

O psicossocial da Vepera tem buscado atuar como elo na articulação entre diversos atores da rede interinstitucional, visando a uma ressocialização efetiva e à promoção integral da saúde física, mental e emocional dos egressos. Além do acolhimento humanitário e da escuta técnica qualificada, o egresso com histórico de dependência química e vulnerabilidade social é encaminhado para os serviços ofertados pela rede de apoio, mediante prévia articulação, mesmo que tais serviços sejam marcados por limitações e incompletudes. Necessidades prementes não aguardam oportunidades: exigem intervenção imediata e provocam assertiva das instituições do Estado para a prestação de serviços adequados às pessoas em geral.

Não se pode adotar uma postura passiva diante da complexidade e gravidade da temática. Como já dizia Rui Barbosa: “Maior que a tristeza de não haver vitória é a vergonha de não ter lutado.”

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Amamentação na era das redes digitais: informação confiável ainda é o melhor apoio



» MARIANA PALHARES TEMER
Pediatra neonatologista e responsável técnica do Banco de Leite de Hospital Anchieta

Durante muito tempo, os mitos sobre a amamentação eram passados de geração em geração. Havia quem dissesse que existia "leite fraco", que alguns alimentos precisavam ser proibidos ou que o bebê chorava porque o leite materno não sustentava. Hoje, muitas dessas crenças perderam força graças ao avanço da ciência. Em compensação, surgiram novos desafios: as redes sociais transformaram opiniões em verdades, multiplicaram fórmulas prontas e criaram uma enxurrada de informações que nem sempre ajudam quem mais precisa de acolhimento.

Ao mesmo tempo, a própria sociedade mudou. Famílias homoafetivas, por exemplo, vêm ampliando o debate sobre diferentes possibilidades de amamentação e de construção do vínculo com o bebê, mostrando que maternidade e cuidado podem assumir múltiplas formas. O problema é que, em meio a tantas novidades, informação correta e desinformação passaram a disputar espaço na mesma velocidade.

Neste Agosto Dourado, mês dedicado à conscientização sobre o aleitamento materno, essa reflexão ganha ainda mais importância. O tema

da Semana Mundial da Amamentação de 2026, "Amamentação para um começo de vida sustentável: fortaleça o que funciona", faz um convite simples: voltar o olhar para aquilo que realmente produz resultados. Em vez de buscar soluções milagrosas ou seguir tendências que viralizam diariamente, o caminho continua sendo o manejo adequado, o acompanhamento profissional e uma rede de apoio consistente.

Na prática clínica, os efeitos da desinformação aparecem diariamente. É comum atender mães convencidas de que produzem "leite fraco" porque assistiram a um vídeo dizendo que o leite deveria ser mais espesso ou amarelado. Outras interrompem a amamentação após ler listas de alimentos supostamente proibidos, sem qualquer respaldo científico. Há ainda quem invista em chás, suplementos ou equipamentos anunciados como milagrosos ou, quando, na maioria das vezes, uma simples correção da pega ou da posição do bebê seria suficiente para resolver a dificuldade.

Do outro lado dessas crenças, também vale reforçar o que a evidência confirma: a produção de leite funciona por demanda, ou seja, quanto mais o bebê mama, mais leite o corpo produz. Não há incompatibilidade entre amamentar e voltar ao trabalho, desde que a rotina inclua ordenha e armazenamento adequados. E dor ou fissura geralmente sinalizam ajuste de pega, não motivo para interromper a amamentação. Reconhecer essas verdades é tão importante quanto desmontar os mitos.

Cada mãe e cada bebê vivem uma experiência

única. Por isso, nenhuma orientação recebida pela internet pode substituir uma avaliação individualizada feita por um profissional capacitado.

Diante da enorme oferta de conteúdo, uma pergunta simples pode ajudar: quem está fornecendo essa informação? Perfis de profissionais habilitados, sociedades médicas e bancos de leite humano costumam oferecer orientações baseadas em evidências. Já promessas de resultados imediatos, discursos alarmistas ou recomendações acompanhadas da venda de produtos merecem cautela.

O que realmente sustenta a amamentação dificilmente se torna viral. É o trabalho cotidiano desenvolvido nos consultórios, maternidades e bancos de leite, aliado ao apoio do parceiro, da família e da comunidade. Vale também para realidades que ainda aparecem pouco nas redes, mas já fazem parte do cotidiano da assistência, como a indução da lactação em casais homoafetivos ou outras formas de fortalecer o vínculo entre bebê e família. Quanto mais essas experiências forem tratadas com naturalidade, menos espaço haverá para julgamentos e mais famílias se sentirão acolhidas para buscar ajuda.

Neste Agosto Dourado, a principal mensagem permanece atual: amamentar não precisa ser perfeito, mas precisa ser apoiado. Antes de seguir qualquer orientação que circula nas redes sociais, vale conferir sua origem. E, sempre que houver dúvidas, buscar quem realmente pode fazer a diferença: um profissional preparado para cuidar daquela mãe e daquele bebê, considerando suas necessidades, sua história e sua realidade.